

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Especialização em Gestão e Políticas Públicas

RAINEY DA SILVA COSTA

**Formação para gestores e professores da rede pública municipal da cidade de
Manaus (AM), na perspectiva da educação popular**

Manaus

2014

RAINEY DA SILVA COSTA

**Formação para gestores e professores da rede pública municipal da cidade de
Manaus (AM), na perspectiva da educação popular**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de especialização em Gestão e Políticas Públicas, da Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo, sob orientação do Professor Rafael Balseiro Zin

Manaus
Junho de 2014

Ao meu Esposo pela paciência, e Aos meus Pais e minhas Filhas, a quem devo toda minha formação pessoal e profissional. Tenho a certeza de que vocês jamais deixarão de estar ao meu lado durante todos os meus momentos, felizes ou tristes.

AGRADECIMENTOS

À Deus, antes de tudo.

Ao Meu ESPOSO Aldeney, Aos meus pais, Raimunda e Sizino, e minhas filhas Rayane e Júlia, meus alicerces, que não mediram esforços em confiar em mim e para me proporcionar a melhor educação possível.

Aos minhas irmãs, pela paciência, tolerância e compreensão a mim dispensada em momentos de reflexão.

Ao meu orientador pelo incentivo, pela compreensão e pelo esforço despendido nesta jornada.

Aos meus colegas de trabalhos gestores que me proporcionaram informações e experiências importantes.

Aos meus amigos que compartilharam as minhas angústias e as minhas ansiedades.

Aos meus Líderes do Coletivo UNI-PT que entenderam a importância desse curso para minha formação.

Aos Companheiros (as) de Curso que por diversas vezes tiraram minhas dúvidas e me incentivaram a não desistir.

RESUMO

Organizar a escola pública é um desafio para todos os profissionais da educação principalmente no momento atual que visa, dentre outras coisas, o comprometimento da gestão escolar com as políticas públicas na área da educação, afirmando assim o princípio constitucional que a educação é direito de todos e dever do Município e também da escola. Dessa forma, o objetivo desse estudo visa demonstrar políticas públicas, para formação de gestores e professores na perspectiva da Educação Popular.

Como metodologia, Foi utilizada a pesquisa qualitativa com base em entrevistas, artigos, materiais publicados na internet, bibliografias, e aplicação do questionário com os gestores. Mesmo diante de vários desafios e dificuldades que permeiam a educação pública em Manaus, acredita-se que a implantação de políticas públicas responsáveis, condizentes com as realidades e necessidades educacionais se tornam eficazes quando os gestores escolares e professores se comprometerem de forma responsável com a efetividade prática das ações propostas feitas nas formações.

Palavras-chave: Educação Popular; Formação para Gestores e Professores; Eleição para Gestores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
JUSTIFICATIVA.....	08
1 EDUCAÇÃO POPULAR.....	09
1.1. MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLITICAS PÚBLICAS	10
1.2 PERCURSO METODOLOGICO DE UMA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	11
2 FORMAÇÃO PARA GESTORES E PROFESSORES	15
3 ELEIÇÃO PARA GESTORES.....	17
4 REVISÃO DA LITERATURA.....	19
5 METODOLOGIA.....	24
6 RESULTADO E DISCURSÃO.....	25
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
8 REFERÊNCIAS.....	27

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo apresentar políticas públicas para formação de gestores e professores da Rede Pública Municipal da Cidade de Manaus - AM. Na perspectiva da educação popular. O estudo trata da formação inicial e continuada do (a) gestor (a) das escolas públicas de Manaus. No decorrer deste estudo, vai se tentar demonstrar quem são os gestores escolares; o que fazem; como se preparam para a função; como se tornam gestores; qual a formação inicial do gestor escolar, como se dá o processo de formação continuada em serviço do mesmo; a quem se devem as mudanças estruturais na escola pública, acreditasse que o diretor da escola pública municipal vem sofrendo as consequências da falta de uma formação específica, para dar conta da diversidade de atividades a que estão submetidos esses profissionais no exercício de suas funções. Com efeito, a formação de gestores na área de educação é um campo que vem sendo bastante percorrido e discutido, embora, como é natural, os processos e as experiências empreendidas e as poucas informações sobre seus efetivos impactos nos sistemas educacionais estejam a indicar a necessidade de um debate permanente sobre a questão. O estudo aponta para a necessidade de se aprofundar a compreensão em torno da temática. Para isso, sugerisse à Secretaria Municipal de Educação de Manaus, contemplar dentro das suas políticas educacionais de formação dos profissionais da educação, formação específica aos gestores escolares, e formação continuada aos professores, através da criação de um Programa de Formação para Gestores Escolares e Professores na Rede Pública Municipal, o estabelecimento em legislação especificará da obrigatoriedade dos gestores e professores na participação desses cursos. Esse Programa terá por objetivo básico contribuir com a formação efetiva de gestores e professores educacionais da escola pública, na perspectiva da Educação Popular, com elementos teórico-práticos que viabilizaram uma educação escolar básica com qualidade social.

JUSTIFICATIVA

Justificasse que os desafios para os gestores no sistema de ensino e nas unidades escolares são inúmeros, pois, apresentam para os sistemas de ensino na construção de políticas públicas vistas como uma série de ações encadeadas, de atendimento às demandas postas pelas comunidades atendidas por tais ações, respeitando-se suas peculiaridades econômicas, culturais e educativas. As políticas públicas são conformadas por questões de caráter teórico, político e técnico que definem a direção de decisões adotadas, encaminhamentos traçados, avaliações realizadas. Todos estes fatores se processam num cenário específico, das políticas públicas sociais, no qual se insere a Educação, entendida como responsabilidade do Município. Nesta perspectiva existem, nos sistemas de ensino, diferentes papéis a serem exercidos pelos gestores educacionais, em âmbitos muito diferenciados, que abrangem órgãos executivos, além das unidades escolares, seja da Educação Infantil ou seja do Ensino Fundamental.

Por tanto, o panorama profissional do magistério exige, na atualidade, o desenvolvimento de programas de formação de gestores para assumirem tais funções, sendo este espaço de formação continuada ainda pouco atendido pelas políticas educacionais, dada a complexidade e diferenciada organização dos sistemas e redes de ensino no país. No âmbito dos órgãos centrais dos sistemas de ensino os gestores têm sido majoritariamente indicados pela via político-partidária, considerando-se o currículo e experiência profissional; para as unidades escolares a seleção de profissionais para ocupar a função de diretor (a) tem ultrapassado apenas a perspectiva anteriormente apontada centrando-se no caráter técnico, por meio de cursos de gestão escolar, provas e eleições, com a participação da comunidade escolar e circundante à escola. Além dos processos de indicação e seleção de gestores um dos grandes desafios para os sistemas de ensino é a formação com programas de acompanhamento das práticas gestoras desenvolvida e reflexão sobre os referenciais que as fundamentam. A temática é complexa e, em termos educacionais é ainda bastante restrito o estudo sistemático sobre o seu desenvolvimento nos sistemas de ensino. Considerando esses aspectos neste texto apresentam-se algumas questões próprias da Educação popular, Seleção e Formação continuada dos Gestores e Professores da Rede Municipal de Ensino de Manaus – AM.

1. EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular é uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Não é uma educação fria e imposta, pois se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo. Não é Educação Informal porque visa à formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã é a organização do trabalho político para afirmação do sujeito. É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social. A principal característica da Educação Popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele. A Educação é vista como ato de conhecimento e transformação social, tendo um certo cunho político. O resultado desse tipo de educação é observado quando o sujeito pode situar-se bem no contexto de interesse. A educação popular pode ser aplicada em qualquer contexto, mas as aplicações mais comuns ocorrem em assentamentos rurais, em instituições socioeducativas, em aldeias indígenas e no ensino de jovens e adultos. Pois, só podemos desenvolver educação de qualidade quando tivermos grupos devidamente capacitados em conhecimento comunitário de base e das classes sociais, que queiram realmente serem transformadores, construtores e compositores da história da educação pública, pois vivemos uma educação que reflete os modelos adotados pela sociedade atual, sendo inevitável aceitar que a escola pública venha transformando-se e aderindo novos conceitos nos mais variados setores da educação com o jeitinho brasileiro de colocar pessoas sem formação pedagógica para gestar e lecionar nas escolas da rede pública da cidade de Manaus – AM, os quais estão decrescendo o ensino aprendizagem dos educandos.

Neste contexto esta incluída a figura do gestor, do professor e suas responsabilidades com a educação, pois, quando se pensa numa Formação com Perspectiva na Educação Popular se entende que o papel do gestor está ligado com a formação de grupos que possibilitam a exposição de ideias, temas transversais e diversidade cultural. Além disso, a escola é um espaço que precisa de formação para o trabalho coletivo, para superação teórica e prática, junto à importância de planejar e registrar na sua dimensão formativa, sendo um dos elementos principais para atuação dos citados nas respectivas das mudanças no quadro da nossa Educação na Rede Pública Municipal na Cidade de Manaus-AM.

1.1. MARCO DE REFERENCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLITICAS PUBLICAS

O marco referencial educação popular e politicas publicas teve seu inicio a partir da elaboração do PPP - Projeto Politico Pedagógico da RECID - Rede de Educação Cidadã, em 2006. Em Janeiro de 2009, no Fórum Social Mundial, em Belém – PA, na Assembleia dos movimentos sociais, a Recid pautou a necessidade de pensar os desafios e Perspectivas para Educação Popular como Politicas Publicas. Também fez o mesmo no fórum social das Américas, em 2010, em assunção, no Paraguai. No primeiro semestre de 2009, a recid aprofundou o estudo do tema da Educação Popular como Politicas Publicas nas equipes do então Talher Nacional e da Comissão Nacional da Recid, tendo elaborado a estratégia de construção da Política Nacional de Educação Popular, incluindo a produção e disseminação de um texto com o mesmo nome.

Houve desdobramento do debate sobre Educação Popular e Politicas Públicas em todos Estados e no Distrito o Federal, por meio das equipes Estaduais da Recid: participação no processo da 1ª Conferencia Nacional de Educação Popular como Politicas Publicas, envolvendo Organizações como União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Fórum Nacional de Educação do Campo (fonec). Fórum Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Articulação Nacional de Movimento da Economia Solidaria. O resultado foi à aprovação para avançar na Educação Popular no eixo I da Conferencia, que falava do papel do Estado na garantia do direito a uma Educação de qualidade que:

[...] os processos de mobilização social nas ultimas décadas que visavam á construção da educação popular cidadã, formação da cidadania e dos direitos humanos, o novo PNE deve articular a educação formal com experiências de educação não formal, ou seja, as experiências de educação popular e cidadã incorporando-as como politicas públicas.

Em 2011, teve a criação do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), da Secretaria Geral da Presidência da República, por meio do Decreto nº 7.688/2012. Após essas discursões foram encaminhadas a organização de um mapeamento de Universidades Federais, Estaduais e outras, Institutos Federais de Educação, Escolas e Centros de Formação em Educação Popular do Brasil, em o6

de Outubro de 2011, aconteceu o I Seminário de processos formativo-educativos do Governo Federal, proporcionando conhecimento e reconhecimento das diversas experiências. Nesse seminário ficou definida a elaboração de uma sistematização dessas experiências e a elaboração de diretrizes de orientação para tais ações no âmbito do Governo Federal. Começava a se desenhar este Marco de Referência. Em dezembro de 2012, aconteceram oficinas sobre a atualização dessa temática, envolvendo dez universidades o Instituto Paulo Freire, a Escola Nacional Florestan Fernandes, a Escola Nacional de formação da Contag, a Escola Sindical da CUT e o Centro Nacional de Formação em Economia Solidária. Também participaram destas Atividades os Ministérios de Educação e Saúde. Tiveram como temas: Reforma Política e o Programa Brasil sem Miséria também aprofundou o tema da Educação Popular, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, houve Debate da proposta da Política Nacional de Educação Popular no Congresso da Associação Nacional de Pós Graduação (Anped) e Pesquisa em Educação, em outubro de 2013.

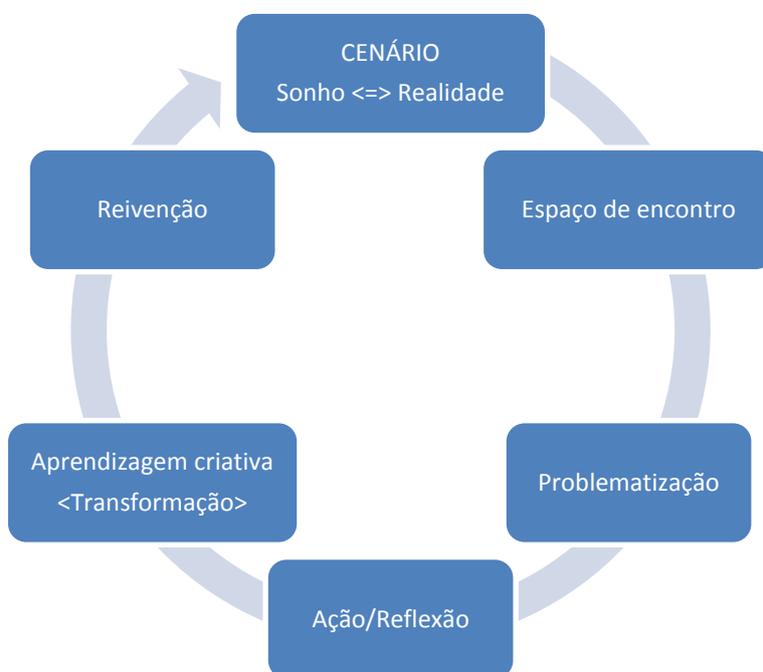
No âmbito deste marco, a Educação Popular pode se dar com os diferentes sujeitos envolvidos pelos processos políticos-pedagógicos propostos em diferentes campos da política pública, sempre com o propósito de ousar, inovar, lançar e buscar romper com posturas verticais, motivar e tensionar para que as relações sejam dialógicas, pautadas pelo ouvir e escutar, por partir da realidade e da necessidade do povo. Nesse sentido, a proposta metodológica e política da Educação Popular precisam ser ousadas no sentido de garantir espaços junto aos formuladores das políticas públicas para que estas possam estar próximo da vida e do cotidiano do povo brasileiro.

1.2.PERCURSO METODOLOGICO DE UMA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR.

Partindo do pressuposto de que a Educação Popular tem na sua essência político-pedagógica o avanço da consciência crítica organizada das classes populares para o exercício do poder, é necessário um processo de educação com intencionalidade concreta e planejada, que parte da realidade dos sujeitos, mulheres e homens envolvidos e que seja construído coletivamente. Logo, uma educação para fomentar a articulação e a mobilização para organização e transformação social não existe fora da luta popular, que, por sua vez, é a própria Educação Popular na sua aplicabilidade. Nesse sentido, a concepção de formação e

organização de uma ação na Perspectiva da Educação Popular exige coerência epistemológica, construção coletiva e respeito aos diferentes saberes.

Dessa forma, seguindo o conselho do próprio Paulo Freire, que pediu para reinventá-lo, sobretudo num contexto da intersecção da Política Pública com os seus sujeitos de direitos, proponho a seguir um percurso metodológico, baseado nos princípios da Educação Popular, que aproxime o referencial epistemológico e metodológico com o ciclo, o fazer e a construção de políticas públicas mais participativas. Por conta disso, os seis espaços apresentados a seguir são para fazer valer a proposta metodológica da Educação Popular.



O **cenário** – parte da realidade concebida como um espaço que integra o sonho e a realidade, ou seja, é o “esperançar” onde o sonhar é a força motriz, sempre com os pés no chão da realidade, estimulando o processo a partir da história dos sujeitos, da comunidade na perspectiva da construção coletiva e da troca dos saberes. É estar e colocar-se junto, saber ouvir e escutar, fortalecer o sonho com o (a) outro (a). nesse sentido, registrar a primeira conversa e contato, sistematizar o que se realiza é primordial na proposta metodológica da Educação Popular. Investigar a realidade vivida, levantar a visão de mundo dos sujeitos sobre a realidade por meio de diálogos, pesquisa-ação, pesquisa-participante e também sistematização de dados objetivos do contexto, a partir da vivência dos territórios e construir

elementos como ponto de partida para que a cultura política esteja permeada pelas práticas de Educação Popular com vistas à transformação da sociedade.

O espaço de encontro – este deve explicar o sonho e, para isso, mobilizar e articular parceiros, envolver os (as) sujeitos políticos para o momento do encontro é essencial na Educação Popular. Esse espaço deve apontar a relação entre governo e sociedade civil, movimentos sociais, grupos organizados, numa pactuação contínua e sistemática em torno do que podem construir e gerenciar juntos. Para isso, é importante identificar e mapear as práticas de Educação Popular existentes no governo e nos movimentos sociais. Nos espaços populares e também no processo de escolarização formal. Neste processo, é inevitável o conflito entre Educação Popular e Educação Escolar. Porém este conflito traz em seu bojo a busca incessante de diálogo, de interlocução e de Inter- relação. Pensar as políticas na ótica da Educação Popular é também propor uma inversão na forma como se organizar as relações de poder nos espaços, de uma lógica vertical para uma lógica horizontalizada de relações.

Espaço de problematização – este define os objetos da ação, fomenta a reflexão e o diálogo questionando as causas dos fatos, desmonta a visão mágica ao propor falar dos problemas cotidianos com a comunidade, refletindo em torno da situação conjuntural e de suas causas econômicas, políticas, culturais, sociais etc. Nesta etapa, questionam-se os problemas e desafios da realidade, local e nacional, os modelos de Estados, de desenvolvimento, do sistema nacional de educação, a partir dos modelos impostos e do quanto estes podem desencadear num processo que dificulte e impeça a construção de uma sociedade plural, democrática e cidadã. Pode-se dizer que a leitura da realidade parte da significação que os sujeitos fazem da situação a ser estudada. A pesquisa e a problematização permitem a desconstrução e reconstrução desta significação. Mediatizados pelo diálogo (que é um dos pilares do processo educativo ou da ação político-cultural na perspectiva dialógica), educador e educandos, educadores e educadoras ampliam sua compreensão, análise crítica das situações-limites e potencializam as possibilidades de sua superação.

Ação e reflexão – neste momento é importante considerar as demandas, os desejos e o conhecimento acumulado e sistematizado dos movimentos sociais, dos grupos organizados, das instituições de ensino e pesquisa e dos governos. É um momento do diálogo ampliado com todos os (as) sujeitos que produzem saberes e ação políticas. Exige rigorosidade metódica, ética e coerência com o processo. Tudo isso para que, ao se apropriar dos conceitos

teóricos e do saber sistematizado, seja possível fazer uma leitura a partir do conhecimento micro, ampliando ao macro, relacionando a realidade conjuntural para se levantar as contradições, os impasses e os desafios mais profundos da realidade.

Aprendizagem criativa – num processo de construção coletiva pactuam-se proposta e ações com os diferentes sujeitos e em diferentes níveis de envolvimento. Reforçam-se também a filiação, a vinculação, o sentimento de pertença, a coesão, o dialogo e o fortalecimento das diversas redes de organizações da sociedade civil, como também continuo e permanente com os governos. Nesse sentido, espaços como os conselhos, fóruns, comitês devem ser qualificados, potencializados, fortalecidos e legitimados enquanto prática de Educação Popular na construção de políticas pública. O espaço de aprendizagem criativa também nos faz repensar a retomada do trabalho de base, essencial para fortalecer a organização social e a luta popular. E para isso é necessário pensar um processo dinâmico, sistemático, continuo de formação de educadores e educadoras, não mais somente para determinada área ou movimento, mas uma formação em redes que possa pautar as temáticas plurais que levam á transformação social e à construção de um novo modelo de sociedade e de Estado.

Reinvenção – reinventar é sempre uma possibilidade de renovar e de rever o proposto. Nesse sentido, a reinvenção é o momento de se fazer uma avaliação que busque evidenciar os resultados alcançados e, assim poder retornar ao ciclo. Buscam-se elementos para a elaboração de novas estratégias e a superação de desafios sempre em vista de uma maior autonomia, do protagonismo e soberania dos grupos envolvidos. É neste momento que a “conscientização” se realiza de forma mais ampla. Quando os (as) sujeitos, a partir do dialogo entre os diferentes saberes, relacionados à sua realidade, conseguem perceber as reais causas dos problemas, tomam consciência dele e se organizam coletivamente e solidariamente para superá-los.

A Educação Popular é uma ferramenta necessária para que seus princípios como o da amorosidade e do respeito aos diferentes saberes sejam consolidados em espaços como de escolas públicas, dos hospitais, universidades, faculdades entre outros.

2. FORMAÇÃO PARA GESTORES E PROFESSORES

Coexistem, até hoje, problemas como degradação do espaço físico, aumento de turnos e de número de alunos por turma, descontinuidade das políticas públicas e a disseminação de múltiplas tendências pedagógicas sem a preocupação com sua sustentabilidade teórico-metodológica vinculada à formação inicial e continuada de gestores e professores. Destaca-se, desse modo, a necessidade de horas destinadas à formação, integradas ao turno de trabalho dos profissionais da educação e da eleição de gestores nas escolas públicas municipais. Nesse sentido, muito embora a ampliação do acesso à escola tenha sido uma conquista, atualmente 97,3% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estão matriculadas na escola pública e a proporção de estudantes que não sabem ler e escrever, e não concluem o Ensino Fundamental. Ao se enfrentar a distância que hoje caracteriza as relações entre escola e comunidade é que se pode ampliar a dimensão das experiências educadoras na vida dos estudantes, promovendo a qualificação da educação pública brasileira. Para isso, as diversas experiências comunitárias precisam estar articuladas aos principais desafios enfrentados por estudantes, professores e gestores.

Portanto, quando a escola compartilha a sua responsabilidade pela educação, ela não perde seu papel de protagonista, porque sua ação é necessária e insubstituível, porém não é suficiente para dar conta da tarefa da Educação. A escola desempenha um papel fundamental no processo de construção e de difusão do conhecimento e está situada como local do diálogo entre os diferentes saberes, as experiências populares e os saberes sistematizados historicamente pela classe social, e em campos de conhecimento e, nessa posição, pode elaborar novas abordagens e selecionar temas transversais e usar a diversidade para desenvolver as formações continuadas. Assim, o desenvolvimento integral dos estudantes não pode ser considerado como responsabilidade exclusiva das escolas, mas também de suas comunidades, uma vez que, somente juntas podem resignificar suas práticas e saberes através da Educação Popular. Desse modo, a instituição escolar é desafiada a reconhecer os saberes populares das comunidades de base, e com eles promover uma constante e fértil transformação tanto dos conteúdos escolares quanto da vida social. A relação escola e comunidade podem ser marcadas pela experiência de diálogo, de trocas, de construção de saberes e pela possibilidade de juntas, constituírem-se em uma comunidade de aprendizagem, de modo que a interação entre as pessoas que atuam na escola e as que vivem na comunidade pode trabalhar em grupo para a melhoria do aprendizado do educando.

Concluo que diante do que foi abordado neste ensaio compreendesse que se faz necessário a formação continuada para gestores e professores baseada numa Educação Popular, que construa coletivamente um projeto de transformação no âmbito escolar, pois é imprescindível que atuemos na escola com maior competência, para que o ensino realmente se faça e que a aprendizagem se realize, e que as convicções coletivas de classe se construam no dialogo e no respeito, e as praticas se efetivem coletivamente no companheirismo e na solidariedade. A pratica de gestão esta vinculada com a formação do individuo, competências e atividades que dirige a pratica pedagógica. Nessa perspectiva acredito ser possível configurar o quadro da educação publica. Pois a educação vive um momento de descaso publico e desqualificação dos profissionais da área, temos grande índice de crianças de 7 `a 14 analfabetos, por tanto precisamos implementar Politicas publicas voltadas a educação popular para formação de gestores e professores da rede publica.

3. ELEIÇÃO PARA GESTORES

Na atuação dos gestores nos sistemas de ensino os gestores podem atuar em nível de sistema de ensino tanto nos órgãos centrais quanto nas unidades escolares. Sua atuação deve estar fundamentada por referenciais teóricos que priorizam a democratização das relações e dos espaços institucionais e a descentralização do sistema e dos procedimentos. No entanto, culturalmente os sistemas de ensino no país têm uma gestão de caráter autoritário, que se reproduz, em escala, para as instâncias imediatamente inferiores. Para isso contribui a indicação política para funções de gestão, forma de ascensão definida e praticada na ampla maioria dos sistemas de ensino. Tal situação só pode ser revertida, a longo prazo, pela democratização das relações sociais vigentes no país e pelo trabalho massivo de formação de profissionais, contribuindo para que a indicação política seja fundada no mérito da formação e da experiência profissional. Além disso, o recrutamento de profissionais para atuar em funções de gestão deve obedecer aos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Considerando a perspectiva da democratização e da descentralização, como aspectos fundamentais para a atuação dos gestores nos órgãos centrais dos sistemas de ensino, entende-se que os mesmos passam a ser orientadores das escolas, respeitando o espaço dos profissionais que atuam nas mesmas, discutindo encaminhamentos e estratégias para atender às necessidades locais, afastando-se da postura de impor normas que consideram acertadas e adequadas às determinadas situações escolares e educativas. Para tanto, algumas questões devem ser garantidas. A eleição de diretores tem-se revelado tema polêmico e desafiador no contexto das políticas educacionais. A literatura especializada na área aponta diferentes posicionamentos sobre o tema. Historicamente, a indicação de diretores tem sido tratada no Brasil, como prerrogativa do Poder Executivo, seja Municipal seja Estadual. O advento das eleições para ocupar a função de diretor de unidade escolar ocorreu nos anos 80, no interior da retomada do contexto democrático no país. O Estado do Paraná ocupa lugar de destaque, neste panorama, pois foi um dos primeiros estados que adotou a prática.

Nos últimos 20 anos o processo de eleição de diretores foi tema de pesquisa e debates opondo à eleição para ocupação da função o concurso para assunção de cargo na carreira dos profissionais do Magistério. Entretanto, o último posicionamento não vingou, na maior parte do território nacional, uma vez que ainda é forte a cultura de indicação por parte do Poder Executivo, que parece ver na prática, uma forma de controle dos sistemas de ensino que tem

grande poder de capilaridade e alcance às famílias das comunidades locais. No entanto, nas duas últimas décadas, a realização de eleições como prática para definir o candidato a ocupar a função de gestor de escola, permitiu a realização de uma série de experiências, visando à qualidade nos serviços prestados à população. É evidente que apenas a realização de eleições não garante o processo de gestão das escolas com qualidade. Portanto, vários dispositivos foram criados visando definir os critérios que melhor atenderiam o determinado pela legislação, pautada pelos resultados obtidos no cotidiano das unidades escolares e que se referem ao perfil exigido, experiência e formação, ao período de gestão, incluindo o dispositivo da reeleição, realização de avaliações e pontuações de título, apresentação de plano de trabalho. Então se pretende analisar e constituir o processo de seleção de gestores do sistema de ensino do município, destacando os fatores que contribuíram para a sua qualificação com a participação efetiva dos profissionais da Educação, do desenvolvimento do Processo de Formação para Gestores e Professores.

4. REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Brandão (1986), os educadores pensam a educação em domínios restritos: a universidade, o ensino fundamental, o ensino médio, a alfabetização, a educação de jovens e adultos. Muitas vezes a educação acaba por tomar domínios restritos, determinados socialmente, quando deveriam atender às necessidades do contexto, do cotidiano do aluno, enfim, da cultura do educando. Para pensar em Educação Popular, é necessário, portanto, repensar a educação. A educação, quando se fala no panorama social, é a condição da permanente recriação da própria cultura sendo, por isso, a razão da dominação da cultura entre outros. Já no panorama individual, a educação é a condição de criação do indivíduo, é a relação de saber das trocas entre pessoas. Ainda segundo Brandão, aprender é formar-se pessoa a partir do organismo, realizando a passagem da natureza à cultura. Para ele, houve primeiro um saber de todos que se tornou sábio e erudito e que, por oposição, estabelece como popular o saber do consenso onde se originou, tratando o erudito como a forma própria, centralizada e associada a especialistas da educação enquanto vê o popular como o conhecimento difuso, interior da vida subalterna. “*Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas – imersas ou não em outras práticas sociais, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular.* (BRANDÃO, 1986, p. 26)” Essa grande separação entre o conhecimento dito erudito e o dito popular leva à marginalização dos oprimidos, das classes subalternas da sociedade desigual. É para contrariar isso que surge a Educação Popular.

A educação popular não tem uma metodologia pronta, uma cartilha a ser seguida. Parte dos conhecimentos de cada sujeito. Porém há alguns pontos de partida para identificarmos e começar o trabalho nas comunidades e ou escolas como menciona BRANDÃO (1984): A cultura popular, trabalhando com a identificação dos componentes da cultura que são dominados pelas ideologias capitalistas e a produção de uma cultura que nasce deles mesmos; A influência e participação efetiva do educador como possibilitador do processo de transformação do sujeito popular em agente político; A construção do conceito de saber popular; A construção de práticas pedagógicas entre, educador-educando, características de cada grupo e identificação dos educandos individuais sujeitos populares ou coletivos movimentos populares. Brandão (1984, p. 72), deixa mais claro esse conceito da metodologia:

"A educação popular é mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido, do que um projeto próprio de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares. Ela se realiza em todas as situações onde, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares, as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado." As classes populares produzem saberes ligados às suas experiências de vida e ao contexto social em que estão inseridos. A educação popular valoriza e problematiza esses saberes, sem subjugar-los aos saberes eruditos, entretanto articulando um ao outro. É para contrariar a separação entre o conhecimento erudito e o popular numa sociedade desigual que surge a Educação Popular, que é uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Ela é vista como um ato de conhecimento e transformação social.

A educação popular ao cruzar as fronteiras da escola, busca o resgate da cidadania e a necessidade de inclusão em todos os sentidos. Por isso é direcionada às camadas populares, voltada para suas necessidades e a atender aos seus interesses. Conforme Freire (1995, p. 59), "(...) uma sociedade desafiada pela globalização da economia, pela fome, pela pobreza, pelo tradicionalismo, pela modernidade e até pós-modernidade, pelo autoritarismo, pela democracia, pela violência, pela impunidade, pelo cinismo, pela apatia, pela desesperança, mas também pela esperança". É nessa realidade que se encontra a educação popular e o desafio da formação de uma cultura político-democrática e cidadã das classes populares. A Educação Popular visa à formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para afirmação do sujeito. "A conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora e por isso respeitadora do homem como pessoa" (FREIRE, 2002, p. 45). É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social. O resultado desse tipo de educação é observado quando o sujeito pode situar-se bem no contexto de interesse.

As políticas oficiais brasileiras estabeleceram no que se refere à formação de professores, a formação superior em cursos de licenciatura plena para o exercício da docência na educação básica. A LDB (Lei n.9.394/96), art. 87, §4º, definiu também que "até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados ou formados por treinamento em serviço". A instituição da década da educação e exigência de cursos

superiores de licenciatura plena para os professores da educação básica fizeram com que os cursos de formação desses profissionais se expandissem significativamente a partir da segunda metade da década de 1990. Alguns cursos de formação, no entanto, não são de qualidade aceitável, o que pode vir a ocasionar uma deformação da concepção de formação continuada, considerando-a uma forma de corrigir problemas da má formação inicial; é o que sinaliza o relatório Jacques Delors ao afirmar que “a qualidade do ensino é a determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores do que pela sua formação inicial”. Nessa mesma perspectiva, na década de 1980, veicularam-se inferências no sentido de que a formação de professores em certos países não tinha incidências positivas sobre o sucesso escolar. Assim, recomendou-se que ao invés de cursos universitários fossem oferecidas várias modalidades de treinamento, pois o treinamento aumentaria a eficácia pedagógica, sobretudo após alguns anos de experiência no ensino.

Contrapondo-se a essa concepção Cury aponta a importância da formação continuada sem, no entanto descuidar da formação inicial. Segundo ele a formação inicial não é algo que deve ser desqualificada apenas e tão somente porque as exigências da modernidade fazem com que a formação continuada seja indispensável para todos. A formação inicial é a pedra de toque e o momento em que se dá efetivamente a profissionalização. E a profissionalização qualificada e atualizada é o elo entre as duas modalidades de formação.

Portanto, é preciso pensar a formação docente (inicial e continuada) como momentos de um processo contínuo de construção de uma prática docente qualificada e de afirmação da identidade, da profissionalidade e da profissionalização do professor. No que tange à formação continuada, a LDB define no inciso III, do art. 63, que as instituições formativas deverão manter “programas de formação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”. Além de estabelecer no inciso II, art. 67, “que os sistemas de ensino deverão promover aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. Tal perspectiva amplia o alcance da formação continuada, incluindo os cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

A União desempenha papel fundamental nesse processo, uma vez que deve coordenar a “política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva, em relação às demais instâncias educacionais” (Art. 8º da LDB – Lei n.9394/96). No entanto, a mesma lei atribui aos Estados e Municípios a responsabilidade pela organização dos respectivos sistemas de educação (art. 10 e 11) e, às instituições escolares a incumbência de elaborar sua própria proposta pedagógica (art. 12), na

qual os docentes deverão ter participação ativa (art. 13). Nesse sentido, o professor, como profissional da educação, faz jus a um plano de carreira, condições de trabalho e formação inicial e continuada, objetivando a produção de uma educação de qualidade. Além disso, a mesma Lei estabelece normas para a “gestão democrática do ensino público na educação básica” e, no artigo 15, determina que os sistemas de ensino assegurem “às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais do direito financeiro público”.

O professor, como profissional da educação, a quem compete participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, zelar pela aprendizagem dos alunos, participar efetivamente do planejamento e das avaliações das atividades escolares e de articulação com a comunidade, deve também ser sujeito de seu próprio desenvolvimento profissional. Isto é, compete a este profissional participar ativamente dos programas, projetos e ações de formação continuada que visam qualificar o trabalho docente.

Para garantir o cumprimento a essas orientações legais compete aos sistemas de ensino instituir políticas voltadas à garantia das condições de trabalho dos profissionais da educação. Ao MEC cabe, em regime de colaboração com as secretarias de Estados e Municípios, estabelecer uma política nacional de formação continuada. Tal política certamente deverá promover articulação efetiva entre o Ministério da Educação, as secretarias estaduais e municipais e as universidades, de modo a possibilitar, entre outros, maior interação entre estas instituições, tendo em vista redimensionar e dar maior organicidade à formação inicial e continuada do professor e demais profissionais da educação.

No Brasil, como em tantas outras instâncias na administração pública, o diretor de escola ocupa um cargo de confiança. Assim como o desempenho de um ministro federal é responsabilidade direta da presidente da República, a gestão das escolas personificada até hoje na figura do diretor é responsabilidade de seu superior no caso, o secretário de Educação, já que geralmente o funcionário é indicado, quase sempre sem concurso público. Justamente pela falta de critérios sérios e claros, o que se verifica Brasil afora é a prática das indicações políticas para os cargos de confiança e a escola, é claro, não foge à regra. Interesses partidários se sobrepõem às necessidades e aos desejos da comunidade escolar que, sem participação efetiva, muitas vezes tem de receber uma pessoa cuja trajetória se desconhece, tampouco os critérios que a conduziram à função. Essa alienação de professores, pais e alunos pode se não tornar a gestão impraticável, ao menos iniciá-la de maneira forçosa.

A realização de concursos para a função, por outro lado, não é garantia de um processo menos problemático, como explica o professor Paro: Esse tipo de seleção supõe que o diretor deva ser escolhido por aspectos técnicos, não considerando o caráter político da direção de escolas. Não é esse tipo de legitimação que é necessária para um cargo de liderança. Segundo ele, o principal agravante é o fato de a comunidade escolar continuar fora do processo decisório. Nos concursos, não é a escola quem escolhe o diretor, mas o diretor quem escolhe a escola mais perto de sua casa, mais distante de periferias, etc., afirma. Para mudar o quadro, tramitam em câmaras municipais e estaduais e até no Senado Federal projetos de lei que buscam tornar claros os processos de nomeação. Criação de processos seletivos mais sofisticados e eleições diretas nas comunidades escolares são as propostas mais frequentes nas diferentes instâncias. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) protocolou um projeto de lei no dia 14 de junho, em que propõe um acréscimo ao artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sobre o estabelecimento de eleições diretas para a diretoria de escolas no País. Há propostas da mesma natureza nas Assembleias Legislativas de estados como São Paulo e Bahia.

5. METODOLOGIA

Como metodologia, Foi utilizada a pesquisa qualitativa com base em entrevistas, artigos, materiais publicados na internet, bibliografias, e aplicação do questionário com os gestores. Mesmo diante de vários desafios e dificuldades que permeiam a educação pública em Manaus, acredita-se que a implantação de políticas públicas responsáveis, condizentes com as realidades e necessidades educacionais se tornam eficazes quando os gestores escolares e professores se comprometerem de forma responsável com a efetividade prática das ações propostas feitas nas formações.

6. RESULTADO E DISCURSÃO

O resultado da pesquisa aponta a necessidade da criação de um programa de formação para gestores e professores da rede pública municipal de Manaus – AM. . Destaca-se, desse modo, a necessidade de dias e horas destinadas à formação de gestores nas escolas públicas municipais. Nesse sentido, muito embora a ampliação do acesso à escola tenha sido uma conquista, atualmente 97,3% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estão matriculadas na escola pública, estudantes que não sabem ler e escrever, e não conseguem concluir o Ensino Fundamental, de acordo com a análise feita, o grande índice de analfabetos, decorre da falta de formação para gestores e professores que deixam muito a desejar com o seu compromisso e responsabilidades na escola e na sala de aula. No que tange à formação continuada, a LDB define no inciso III, do art. 63, que as instituições formativas deverão manter “programas de formação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”. Além de estabelecer no inciso II, art. 67, “que os sistemas de ensino deverão promover aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. Tal perspectiva amplia o alcance da formação continuada, incluindo os cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. O professor, como profissional da educação, a quem compete participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, zelar pela aprendizagem dos alunos, participar efetivamente do planejamento e das avaliações das atividades escolares e de articulação com a comunidade, deve também ser sujeito de seu próprio desenvolvimento profissional. Isto é, compete a este profissional participar ativamente dos programas, projetos e ações de formação continuada que visam qualificar o trabalho docente. Por tanto, a educação popular pode ser aplicada em qualquer contexto educacional, sua principal característica é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino, é aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano do educando, utilizando também os temas transversais e a diversidade cultural, fazendo com que o educando venha aprender, e se reconhecer como sujeito da sua própria história.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a falta de um programa de formação continuada, específico para Gestores e Professores no que se refere ao desempenho do gestor e do professor com a plataforma, tivessem um pouco mais de compromisso com sua comunidade escolar. Ficou claro em diversos momentos que os gestores expressam o reconhecimento de que o maior desafio deles é comprometer-se com a gestão democrática é conscientizar toda a comunidade escolar da corresponsabilidade pelos destinos da instituição educacional, pelos rumos que deve orientar a prática educativa. Não existem estratégias únicas, elas são dinâmicas e refletem ao perfil de cada comunidade escolar, independente de classe social. A forma como deve ser encarada a gestão é, antes de tudo, pelo compromisso social e político de cada gestor e professor com a comunidade escolar.

As reflexões enfatizadas neste estudo indicam que há uma tendência para formação dos gestores na perspectiva da educação popular, considerando que a abrangência de ação e a flexibilização dos dias e horários são bem maiores quando a ação educativa se dá via Teoria e prática. O grande desafio que precisa ser enfrentado é na operacionalização do programa, intercalando esses momentos para garantir um nível de satisfação dos professores e gestores quanto à formação continuada na Perspectiva da Educação Popular. Cabe então ao Secretário de Educação da Rede Pública, criar condições políticas, operacionais e instrumentais no espaço educativo desses gestores e professores, para viabilizar a eles o acesso aos bens culturais no sentido de propiciar uma educação de qualidade para as comunidades escolares.

8. REFERÊNCIAS

- LUCK, Heloisa. A Escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- FERREIRA, Naura syria Carapeto (org). Gestão democrática da educação.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia; saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- RIBEIRO, Arilda Inês Miranda, formação para gestores educacional.
- BRASIL. Lei 9394. Leis diretrizes e bases da educação nacional. Constituição Federal do art. 49. Projeto Lei criação do conselho pedagogos.
- LIBÂNEO, José Carlos, Pedagogia e Pedagogos, para quê? 11ª edição, Cortez Editora.
- BRANDAO, C. R. (1986). Educação Popular. 3ª ed. SP, Brasiliense.
- FREIRE, P; NOGUEIRA, A. Que fazer? Teoria e prática em educação. São Paulo: Vozes, 2002.
- FREIRE, P. (1987). Pedagogia do Oprimido. 27ª ed. RJ, Paz e Terra.
- AZEVEDO, Janete M. L. A educação como política pública. Campinas: Autores Associadas, 2 a. Edição, 2001.
- BRASIL / MEC / Lei 9.394/96
- BRASIL / CNE /CEB. Resolução nº 3. Brasília, outubro de 1997.
- Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**, Vitor Henrique Paro, 136 págs., Ed. Xamã, tel. (11) 5072-4872, 18 reais.
- Baldijão**, Carlos Eduardo e **Teixeira**, Zuleide Araújo – a Educação no Governo Lula. 6ª Edição.
- FREIRE, P vida e obra - SP – EXPRESSÃO POPULAR 2001.